Parte III: Do manifesto de janeiro de 1948 à declaração de março de 1958 e além

Um capítulo não escrito da história do comunismo brasileiro: a trajetória e as funções da Revista Internacional (Problemas da Paz e do Socialismo) (1958-1990)

Muniz Gonçalves Ferreira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FERREIRA, M.G. Um capítulo não escrito da história do comunismo brasileiro: a trajetória e as funções da Revista Internacional (Problemas da Paz e do Socialismo) (1958-1990). In: SENA JÚNIOR, C.Z., ed. *Capítulos de história dos comunistas no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 261-281. ISBN: 978-85-232-1873-7. <https://doi.org/10.7476/9788523218737.0014>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Um capítulo não escrito da história do comunismo brasileiro: a trajetória e as funções da *Revista Internacional (Problemas da Paz e do Socialismo)* no período: 1958-1990.

Muniz Gonçalves Ferreira

INTRODUÇÃO

O foco da digressão realizada neste artigo é a revista *Problemas da paz e do Socialismo*, publicação teórica e informativa dos partidos comunistas e operários do mundo editada nos anos 1958 a 1990, em Praga, então capital da República Socialista da Tchecoslováquia, e que contou com várias edições nacionais, inclusive brasileiras. Durante as três décadas de sua existência, esta publicação funcionou como o principal veículo de interação permanente entre os partidos comunistas e operários, exercendo um papel antes desempenhado pelo *Kominter*¹ (1919-1943) e pelo *Kominform* (1947-1956)².

1 Do alemão *Kommunistische Internationale*, também referida como Internacional Comunista ou III Internacional. Organização revolucionária internacional fundada em março de 1919 em Moscou com a finalidade de coordenar as ações dos partidos comunistas e outras organizações revolucionárias na luta contra o imperialismo e o poder do capital. Foi dissolvida por iniciativa soviética em 1943.

2 Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários (1947-1956). Este órgão foi criado em fins dos anos 40, em uma atmosfera marcada pelo início da Guerra Fria e o cisma iugoslavo. Teve sua primeira sede em Belgrado, transferida em 1948 para Bucareste na Romênia, em consequência do anátema lançada por Stalin sobre os comunistas iugoslavos. Pretendia reforçar a unidade política e ideológica dos partidos comunistas em uma nova atmosfera de confrontação e tensão internacional, exemplificada pela Guerra da Coreia (1950-1953). O veículo de informação e formação então criado para cumprir os objetivos

De seu conselho editorial chegaram a fazer parte representantes de 68 países, incluso o Brasil. A participação neste conselho, juntamente com o comparecimento às reuniões periódicas de consulta entre os partidos comunistas e operários, geralmente realizadas na cidade de Moscou, capital da então União Soviética, constituíam as principais manifestações de pertencimento ao Movimento Comunista Internacional, que tinha no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) sua principal expressão política e organizativa. Era, portanto, um fator de legitimação de cada partido comunista nacional em face da comunidade internacional de “partidos-irmãos”. Representava também um dos principais momentos de compartilhamento de uma determinada cultura política e de socialização de critérios fundamentais para a apreciação dos acontecimentos e processos em curso no cenário internacional.

Desde os primórdios do movimento comunista, os jornais, revistas e demais publicações têm desempenhado um papel de grande importância. Isto pode ser constatado na atividade exercida por Karl Marx ao longo de sua vida, o fundador da tradição, que teve no jornalismo sua principal atividade profissional. Editor sucessivamente da *Rheinische Zeitung* (*Gazeta Renana*) e da *Neue Rheinische Zeitung* (*Nova Gazeta Renana*), jornais dos círculos democráticos radicais do mundo alemão na primeira metade do século XIX, Marx e seu companheiro Engels colaboraram com diversas publicações periódicas europeias ao longo de quatro décadas. A dedicação a tal atividade atendia, no caso de Marx, a uma necessidade profissional, mas correspondia também à aspiração dos demiurgos da filosofia da práxis no sentido de disseminar ao máximo suas ideias, fazendo do periodismo uma trincheira de luta na defesa de suas posições revolucionárias. Tendo reivindicado para o proletariado a condição de herdeiro da filosofia clássica alemã, Marx e Engels tinham em alta condição a produção, difusão e discussão de ideias, não negligenciando nenhuma oportunidade de animar tais debates mesmo nas páginas dos jornais e revistas sustentados por círculos liberais e mesmo conservadores. Quando da criação do Partido Social-Democrata Alemão, o espaço de reflexão teórica e desenvolvimento da batalha das ideias no interior do movimento socialista foi garantido através da criação de uma rede de publicações tanto de massas quanto teóricas. Dentre estas últimas destacava-se a revista *Neue Zeit*, que teve primeiro em Friedrich Engels, mais tarde em seus discípulos pelo menos

assinalados tinha por título *Por Uma Paz Duradoura, por uma Democracia Popular* (Editorial Bucareste). O PCB esteve representado no conselho deste órgão pelo militante e jornalista Osvaldo Peralva, autor do livro *O Retrato* (RS: Editora Globo, 1962), no qual registra e avalia essa sua experiência.

por certo tempo, Karl Kautsky e Eduard Bernstein, alguns de seus principais animadores.

Alguns anos mais tarde, Vladimir Lenin reivindicava para a imprensa revolucionária russa da virada do século XX, a função de coesão de pensamento e unificação político-prática. Em outras palavras, uma organizadora coletiva. Mas, Lenin também discernia nitidamente a necessidade de que a atividade política da social democracia russa junto às massas e à intelectualidade revolucionária contemplasse duas funções distintas: a de agitação e a da propaganda. A agitação, para Lênin, consistia na transmissão de um número limitado de ideias para um amplo espectro de pessoas, particularmente das massas trabalhadoras. A propaganda consistia na divulgação de um número grande de ideias junto a um número menor de pessoas, a saber, a intelectualidade revolucionária ou potencialmente revolucionária.

Sob a influência destas ideias e noções, a socialdemocracia e depois o movimento comunista demonstraram notável competência na produção de um sistema de publicações tanto teóricas quanto de massas capazes de dar conta da dupla função de agitação e propaganda das ideias, proposições, críticas, palavras de ordem e elementos programáticos dos respectivos partidos políticos de esquerda.

Contudo após o término da Primeira Guerra Mundial, aprofundou-se, no âmago da socialdemocracia alemã – até então a mais poderosa vertente do socialismo mundial –, um processo de reavaliação e revisão das formulações teóricas mais radicais – tanto no sentido teórico-conceitual quanto programático – legadas pelos fundadores do marxismo clássico, em um sentido nitidamente reformista. Inversamente, no campo do socialismo russo, o triunfo revolucionário de outubro de 1917 e a esperança de rápida irradiação daquele processo pelos países do ocidente europeu então alimentada pela liderança bolchevique sustentaram os projetos de aglutinação política e instrumentalização teórica das lideranças revolucionárias para os embates decisivos que alegadamente se avizinhavam. Convém assinalar que, as diferentes alternativas esposadas pelas duas grandes formações políticas mencionadas decorriam de forma quase imediata das diferentes avaliações feitas, então por seus principais teóricos – do lado russo Lenin, do alemão Kautsky –, sobre a essência dos fenômenos históricos mundiais em curso na época. Se a teoria lenineana do imperialismo como capitalismo completo, planetário, parasitário e manifestando sinais de decomposição convidava à luta sem quartel por sua superação revolucionária, a hipótese kautskeana do ultra-imperialismo como capitalismo em processo de organização e superação de suas tendências anárquicas e destrutivas apontava, por outro lado, para uma estratégia de avanços

graduais e progressivos em direção ao dia em que a república do trabalho completaria a obra de socialização iniciada pelo próprio capital.

Tão profundas divergências teóricas e programáticas não poderiam conduzir a outro resultado senão a cisão orgânica do socialismo internacional. No calor das polêmicas verificadas no curso de tal ruptura, não faltavam esforços para justificar as posições assumidas por uns e outros através da reivindicação da ortodoxia marxista e de acusações recíprocas de heterodoxia e revisionismo. Este problema se acentuava no momento em que sociais-democratas alemães e bolcheviques russos tentavam caracterizar uns aos outros. Se para Lenin e os bolcheviques os “desvios de direita” do partido alemão objetivavam a vocação adaptativa da “aristocracia operária”, formada e cevada pelo imperialismo alemão com as migalhas do botim arrancado aos povos explorados; para Kautsky e os seus, o leninismo era uma nítida manifestação de jacobinismo tardio, subproduto daquela que, para eles, longe de ser uma revolução proletária, constituía a última das revoluções burguesas da Europa.

Estas divergências e polêmicas não estão apresentadas aqui com intenções anedóticas, mas sim, com a pretensão de ilustrar como a disputa de interpretações, caracterizações e proposições representou um fator de importância essencial e incontornável no movimento comunista desde seus primeiros tempos. Em outras palavras, quero demonstrar que a batalha das ideias ou a “luta ideológica”, como definida pelos líderes comunistas, foi, ao longo dos anos, uma tarefa de primeira importância. Ora, para além das polêmicas retratadas, o regime soviético, que desde o seu aparecimento proclamou o ingresso da humanidade na era da revolução mundial, teve, na produção regular de diagnósticos sobre a “crise geral do sistema imperialista mundial”, uma atividade permanente. Esta percepção cultivada pelos líderes soviéticos estabelecia um entrelaçamento orgânico entre a luta política e o combate ideológico. Assim, do ponto de vista histórico concreto, o Movimento Comunista Internacional (MCI), ao longo de toda a sua existência, jamais prescindiu do esforço de combinar sua atividade de agitação e organização política das massas trabalhadoras com o trabalho de propaganda de suas propostas, críticas às posições adversas e o desenvolvimento da batalha das ideias. Não houve um só partido comunista do mundo, por mais modesto que fosse ou pouco influente, que não procurasse dividir esforços entre estas duas frentes de atuação, tidas como igualmente indispensáveis.

As duas grandes agências formais da história do comunismo mundial, o *Kominter* (1919-1943) e o *Kominform* (1947-1956) preservaram a tradição da publicação de revistas e jornais informativos e formadores com o

propósito de contribuir para a preparação política dos quadros comunistas e influenciar parcelas da opinião pública internacional. No caso da Internacional Comunista, publicações procuraram cumprir estas funções. Para ficarmos apenas no âmbito da América latina, tivemos aqui *El Trabajador latinoamericano*, *Correspondência Sudamericana*, *Internacional Comunista*, *Revista Continental*, entre outras. Como publicações organicamente vinculadas a uma entidade internacional de reivindicação revolucionária, estes jornais, revistas e boletins concentravam-se no tratamento das questões consideradas candentes da realidade internacional, muito particularmente aos problemas que atingiam as classes subalternas e aos povos oprimidos. As discussões de fôlego mais longo, de caráter filosófico ou estético, por exemplo, não integravam o temário daquelas publicações, cujo objetivo era a preparação dos quadros para a intervenção nos processos históricos e sociais concretos. No caso do *Kominform*, sua publicação, que possuía título extenso mais dimensões modestas tanto sob o aspecto quantitativo, quanto qualitativo, exibia um conteúdo eminentemente agitativo. Qual seria o motivo? Perda de prioridade da “ideologia” face às premências da guerra fria e do acirramento do cerco dos países ocidentais à URSS e seus vizinhos, agora “democracias populares”? Ou o declínio da reflexão no topo do PCUS e de um Movimento Comunista Internacional stalinizado?

Também no Brasil, não obstante as dificuldades políticas e as limitações culturais que demarcavam o terreno histórico-social, no qual foram dados os primeiros passos de sua trajetória, os comunistas brasileiros procuraram concretizar os objetivos de agitação e propaganda reclamados pela matriz do comunismo mundial. Antes mesmo da fundação do PCB, em 1922, a revista *Movimento Comunista*, editada no Rio de Janeiro sob a direção de Astrojildo Pereira, já procura desempenhar a função de órgão de unificação política e ideológica. Veiculando tanto textos produzidos por teóricos então autorizados, como Kamenev, Bukharin, Trotsky e Lenin, como matérias informativas sobre a situação da Rússia revolucionária e a marcha do poder dos soviets.

Posteriormente, de forma inusitada, haja vista sua condição de um partido quase sempre clandestino e atuando em um país periférico de capitalismo atrasado, o PCB construiu e desenvolveu uma extensa gama de publicações teóricas e culturais, voltadas seja para preparação ideológica de seus quadros dirigentes, como a revista *Problemas*, no período 1947-1955, seja no intuito de influenciar e dialogar com setores avançados da intelectualidade e das camadas médias da sociedade brasileira (revistas *Seiva*, *Fundamentos*, *Estudos Sociais* etc.).

Um dos componentes deste esforço foi a reedição entre nós da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*. Publicada no Brasil sob os auspícios do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sua circulação esteve sujeita às oscilações e incertezas características da realidade política brasileira dos anos 1950-1980. Sendo assim, marcou presença em nosso mercado editorial em duas fases distintas. A primeira delas no período de ampliação das liberdades democráticas que caracterizou o governo de Juscelino Kubitschek (1959) até o golpe civil-militar de 1964. Trazia como título *Problemas da Paz e do Socialismo* tendo como principais editores Rui Facó e Henrique Cordeiro. A segunda fase se deu no contexto da transição democrática dos anos 1980, quando a Edições Novos Rumos, sob a direção do PCB, voltou a editá-la após mais de 16 anos de interrupção, agora com os títulos *Revista Internacional/Problemas da paz e do Socialismo*. Nesta nova fase, a revista teve como principais diretores Francisco Almeida, João Aveline e Noirma Murad, sendo publicada no Brasil até o triunfo da chamada “Revolução de Veludo na Tchecoslováquia”, que teve como resultado o colapso do governo comunista naquele e em outros países do leste europeu, o que acarretou o encerramento das atividades da revista no ano seguinte (1990).

No que concerne ao conteúdo da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*, o primeiro aspecto que merece ser destacado, diz respeito a sua dupla intenção de servir de veículo de informação política geral sobre os eventos e processos em curso na cena mundial ao mesmo tempo em que pretendia ser também um instrumento de formação teórica de seus leitores – militantes e dirigentes de partidos comunistas e militantes de movimentos de libertação nacional, disseminados ao redor do mundo. Para tanto, seu conteúdo se subdividia de maneira a cumprir esta dupla finalidade, combinando as atividades de socialização de interpretações e análises de fenômenos correntes, com a preservação e reprodução dos princípios teóricos da tradição comunista.³

Analisando a disposição dos conteúdos no interior da revista em três momentos diferente, final dos anos 50 e início da década de 60, primeiros anos da década de 80 e os derradeiros anos desta última década, efetuamos a seguinte constatação: no primeiro período considerado, a revista se inicia com uma relação de artigos que abordam tanto aspectos da vida política e econômica internacional, dentre os quais podemos citar o texto

3 A este respeito, a *Revista Internacional* oferece uma interessante alternativa à contraposição realizada por Hannah Arendt entre a propaganda e a ideologia, na medida em que veiculava textos que, segundo a caracterização arendtiana, poderiam ser incluídos nas duas classificações. Ver ARENDT, H. *Totalitarismo, o paroxismo do poder*: uma análise dialética. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1979. Cap. 2-3.

“Em torno do desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado nos EUA”, quanto aos assuntos de natureza cultural e filosófica destacamos os artigos “A juventude francesa ante a tragédia argelina” e “As concepções filosóficas de Gyorgy Luckács”. Tal seção era normalmente sucedida pelas colunas “Intercâmbio de opiniões” ou “Nossos comentários” que eram dedicadas à divulgação dos resultados de encontros internacionais e/ou conferências organizadas pela revista, nas quais representantes de diferentes partidos debatiam questões da atualidade mundial ou problemas teóricos. Em seguida, existia uma seção dedicada ao relato das experiências dos partidos participantes do movimento comunista no desenvolvimento de suas atividades no interior de cada país, chamada de “Nos partidos comunistas e operários”. Após a seção citada, surgia uma seção de resenhas intitulada de “Livros e revistas”, concluída por outra de cartas e notas encaminhadas por partidos ou leitores. Eventualmente, abria-se um espaço para o relato de lutas, ações revolucionárias, processos políticos protagonizados pelos Partidos Comunistas no passado, chamada de “Páginas da História” e, em outras ocasiões, a leitura da revista se encerrava em um apêndice ou “suplemento” sobre temas variados.

Este formato geral sofreu poucas modificações nos dois outros períodos, cujos exemplares disponho para observação. Afora pequenas alterações na denominação das colunas, observamos, nos últimos quatro anos da década de 1980, o aparecimento esporádico de uma coluna denominada “Para a sobrevivência da humanidade”, na qual problemas relativos à corrida armamentista e às negociações de paz entre as grandes potências eram submetidos à apreciação.

Uma hipótese preliminar que pode ser formulada a respeito da revista diz respeito ao seu valor enquanto veículo de legitimação e autorização de posicionamentos e concepções sobre diferentes aspectos da contemporaneidade internacional. Conquanto fosse uma publicação de caráter coletivo, na qual o relacionamento entre os partidos que integravam seu conselho editorial era formalmente igualitário, não é difícil perceber a presença, em suas páginas, de certa hierarquia de prestígio e autoridade. Por isto as questões consideradas mais candentes da realidade internacional eram geralmente “explicadas” e “solucionadas” por autores vinculados aos partidos mais influentes no MCI, no topo dos quais se encontrava o PCUS, seguido pelos partidos governantes dos países socialistas e dos grandes partidos comunistas fora do poder, tanto no ocidente quanto no mundo periférico. Aos demais partidos comunistas, através de seus representantes na revista ou do envio de contribuições para a mesma a partir do próprio país, cabia principalmente relatar sua atividade política e compartilhar

suas experiências político-organizativas com os demais partidos do mundo. Esta hierarquia não declarada, porém perceptível, vigente no processo de tratamento autorizado de assuntos de grande repercussão pode ser entendida como um dos fatores responsáveis pela reprodução, nas páginas da publicação, de certo enrijecimento teórico que caracterizaria a vida de boa parte dos partidos comunistas e operários do mundo, em particular nas últimas três décadas do século XX.

Sua criação no ano de 1958 coincidiu, como já foi dito, com a iniciativa dos comunistas soviéticos de preservar a unidade política do movimento comunista internacional nas condições de inexistência de uma Internacional Comunista e da inviabilidade de recriá-la após a dissidência iugoslava (1948), a denúncia dos crimes de Stálin (1956) e a dissolução do *Kominform* neste mesmo ano. Creio não ser abusivo considerar que este esforço de reunificação e/ou preservação da unidade do movimento também atendia ao objetivo do Partido Comunista da União Soviética de preservar sua posição de liderança no movimento em uma época de crescente tendência à autonomia política, teórica e organizativa dos partidos e nascente “policentrismo”.⁴ Por outro lado, a publicação seria também o veículo privilegiado para apresentação, no âmbito mundial, de novos discursos e perspectivas que abriam espaço no movimento comunista internacional em seu processo de “desestalinização”. Foi através da revista *Problemas da Paz e do Socialismo* que se difundiu mundialmente a nova perspectiva soviética de busca da coexistência pacífica com os estados do mundo ocidental, se afirmou a possibilidade da transição pacífica ao socialismo nos países capitalistas e se manifestou um tratamento mais tolerante e dialógico com outras forças políticas democráticas e progressistas do mundo, em particular com a socialdemocracia internacional. Entendo que este ensaio de renovação da reflexão comunista, esboçado nas páginas da revista em seus primeiros anos de existência, pode ser comprovado através do estudo comparativo das posições enunciadas, com aquelas explicitadas no jornal semanal *Por Uma paz duradoura, por uma Democracia Popular* entre os anos 1950 e 1956.

Elemento de possível comprovação das assertivas anteriores é a observação do conteúdo das informações, mais particularmente, dos debates políticos veiculados pela revista no período 1959-1963. Do ponto de vista do tratamento conferido às grandes questões da política internacional,

4 Esta formulação, atribuída ao dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti, anunciava o fim da existência de um centro dirigente único para o movimento comunista internacional e de um modelo único de construção de socialismo, abrindo espaço para a autonomização do pensamento e da prática dos partidos comunistas. Em tais condições, o anterior “centro único” do movimento daria lugar a uma multiplicidade de centros, já que cada partido seria senhor soberano de suas próprias opções.

este momento foi marcado pela reaproximação entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a República Socialista Federativa da Iugoslávia, pela Revolução Cubana e pelo conflito sino-soviético. No apoio imediato da revista à obra dos revolucionários cubanos, antes mesmo que a revolução reivindicasse seu caráter socialista e proclamasse o papel dirigente do partido comunista, pode-se localizar uma manifestação da abertura do MCI para o reconhecimento do valor das experiências políticas de outras forças revolucionárias e de esquerda. Possivelmente, tal manifestação também pode ser percebida na reaproximação com a Iugoslávia, estigmatizada anos antes por Stalin ao adotar um modelo de edificação socialista aparentemente federativo e autogestionário, distante do sistema soviético de estatização completa, centralização e planos quinquenais.

Mas talvez o momento mais significativo do processo de implementação de uma nova orientação política pelo MCI e a maior prova à sua unidade naqueles primeiros anos tenha ocorrido por ocasião da divergência sino-soviética. Ainda que a publicização do debate nas páginas da revista tenha sido controlada pelo PCUS através de sua posição preponderante no conselho editorial, a simples admissão pública do debate e os esforços de restauração da unidade do movimento – enquanto durou – foram manifestações dos novos tempos pós-stalinianos. A minimização do ônus da dissidência através da conservação da maioria esmagadora dos partidos comunistas no MCI e no conselho editorial da revista pode ter sido um dos fatores determinantes no papel desempenhado pela revista durante o curso daquela crise. Se isto puder ser comprovado, teremos ao nosso alcance importantes elementos de ratificação da tese acerca da centralidade da revista *Problemas da Paz e do Socialismo* enquanto fator de socialização de ideias e construção de consensos políticos e teórico-culturais no interior do Movimento Comunista Internacional.

Porém, as hipóteses acima enunciadas demandam uma investigação minuciosa das edições da revista publicadas entre os anos de 1968 e 1980, época de intensa discussão teórico-política no movimento comunista internacional, exemplares estes de difícil acesso aos pesquisadores brasileiros, uma vez que correspondem aos anos de interrupção da publicação da revista em nosso país. É neste período que ocorrem as grandes polêmicas relacionadas à experiência do “socialismo de face humana” e à “Primavera de Praga” na Tchecoslováquia, bem como, à reversão de tal experiência através da prática da chamada “Doutrina Brejnev”.⁵

5 Esta doutrina relativizava o direito à soberania nacional dos países signatários da Organização do Tratado de Varsóvia sempre que, segundo os dirigentes daquela organização, particularmente os líderes soviéticos, houvesse algum perigo à manutenção de algum deles na comunidade de estados socialistas.

É também a época de desenvolvimento das experiências insurrecionais na América Latina, patrocinadas pela Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) e pelo Partido Comunista de Cuba. Anos do triunfo das revoluções de libertação nacional em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, da transição democrática na Espanha, das revoluções portuguesa, iraniana e nicaraguense. Insere-se ainda neste momento histórico a experiência do governo da Unidade Popular no Chile e a elaboração e discussão das teses do chamado “eurocomunismo”.

OS COMUNISTAS BRASILEIROS E A REVISTA *PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO*

O primeiro dirigente comunista a chamar a atenção para a importância da publicação foi Carlos Marighella. Em artigo divulgado no *Semanário Novos Rumos*, então órgão legal de massas da PCB, Marighella fez uma apresentação da revista ao público leitor do jornal. Suas primeiras palavras mencionam as origens e a trajetória até então percorrida pela publicação teórico-política dos comunistas,

A revista ‘Problemas da Paz e do Socialismo’ é um órgão teórico e de informação internacional que circula vitoriosamente há mais de três anos. Conta com a colaboração de teóricos marxistas de vários países, e presta enormes serviços a tantos quantos lutam pela transformação da atual sociedade e desejam ver a humanidade livres dos horrores da guerra e da dominação do imperialismo.⁶

e apresentam as credenciais da publicação, enquanto referencial teórico fundamental do Movimento Comunista Internacional,

Problemas da Paz e do Socialismo é uma revista marxista-leninista. Orienta-se pelas ideias dos documentos programáticos do marxismo leninismo contemporâneo. Sua linha de conduta deriva da Declaração e do Manifesto da Paz, aprovados em Moscou, em 1957 e reafirmados na mesma cidade, em 1960, na reunião dos 81 partidos comunistas e operários.⁷

6 MARIGHELLA, C. Problemas da Paz e do Socialismo: uma revista marxista. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, p. 4, 30 mar./abr. 1962.

7 Ibid.

Mais adiante, destacam o papel formador e organizador da revista, enquanto instrumento teórico e político de preparação para as grandes lutas então travadas pelas forças revolucionárias no plano internacional.

As questões mais palpitantes da situação internacional, da luta pela paz, pela independência nacional, a democracia e o socialismo são sistematicamente focalizadas por esta publicação. Sua ajuda é inestimável na elaboração e no esclarecimento dos problemas da teoria marxista, no combate à ideologia burguesa, na luta contra o revisionismo, o dogmatismo e o sectarismo, e na troca de experiências entre os partidos comunistas e operários.

Problemas da Paz e do Socialismo é uma trincheira de luta das forças da paz, do progresso, da democracia e do socialismo, de tudo o que há de mais avançado no mundo. Ela reflete o espírito de nossa época, cuja característica principal consiste no fato de que o sistema socialista mundial está se transformando no fator decisivo do desenvolvimento da sociedade humana.⁸

O Marighella, que no ano de 1961, fazia uma apresentação elogiosa da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*, era, então, um dos principais quadros políticos do Partido Comunista Brasileiro, membro de seu Comitê Central e de sua Comissão Executiva, possuidor de um prestígio e de uma notoriedade, dentro do partido, somente superados, na opinião de alguns estudiosos e testemunhas da época, pelos de Luiz Carlos Prestes, histórico secretário geral. Seu texto revelava uma concordância plena em relação às diretrizes políticas e a linha teórica geral que orientavam o MCI naquele momento e que tinham na postulação de uma possível transição pacífica ao socialismo – e, por extensão, da possibilidade de realização pacífica das tarefas da revolução brasileira enunciada na Declaração de Março de 1958 – um de seus componentes fundamentais. Neste sentido, é interessante constar que menos de um lustro depois, Marighella entraria em dissidência com esta mesma política, vinculando-se, a partir de 1967, a uma nova orientação político-revolucionária de repercussão internacional, que tinha no desenvolvimento da guerra de guerrilhas o caminho exclusivo para o sucesso da revolução na América Latina (e no Brasil), rompendo completamente com a orientação seguida pelo movimento comunista internacional em seu conjunto.⁹

8 MARIGHELLA, 1962.

9 FERREIRA, M. Carlos Marighella: revolução e antinomias. In: NÓVOA, J.; NOVA, C. *Carlos Marighella, o homem por trás do mito*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 221-255. Ver também, FERREIRA, M. Do Partido à Guerrilha: a produção teórico-política de Carlos Marighella no período de 1965-1967. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 1., 2002, Ilhéus. *Anais...*, Ilhéus, 2002.. Passim.

Depois de 22 anos, Severino Teodoro Melo, então secretário de Relações Internacionais do comitê central do PCB, publicava na revista *Problemas da Paz e do Socialismo* publicação teórica e informativa do PCB, que reproduzia artigos da *Revista Internacional* – , um artigo comemorativo dos 25 anos de existência da *Revista Internacional*. Assim como no texto assinado por Carlos Marighella 22 anos antes, a intervenção de Melo se propunha a apresentar ao leitor brasileiro a origem, o caráter e a importância da revista.

Seu primeiro parágrafo reproduzia os termos de seu antecessor, contextualizando o advento da revista na sequência da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscou, em 1957. Esta conferência, convocada e organizada pelo PCUS, teve por objetivo sancionar, junto ao MCI, as deliberações do seu XX Congresso referentes à denúncia dos crimes de Stalin, a reiteration da política externa de coexistência pacífica, bem como a enunciação da chamada “via pacífica de transição ao socialismo”. Também de forma semelhante ao artigo de Marighella, Melo se referia ao caráter global da revista, “divulgada em quarenta línguas e circulando em cento e quarenta países”.¹⁰ A legitimidade e a representatividade da publicação eram destacadas na afirmação segundo a qual,

[...] do seu Conselho de Redação participam permanentemente representantes do movimento comunista de mais de sessenta países, o que lhe confere um traço exclusivo e singular – trata-se do único órgão editorial que, real e autenticamente, se constitui num foro legítimo do movimento operário revolucionário em escala mundial.¹¹

e seu significado, enquanto instrumento teórico-informativo singular a serviço da revolução mundial, seria enfatizado na afirmação segundo a qual,

[...] a peculiaridade da *Revista Internacional* reside justamente no fato de ela se instaurar como caixa de ressonância das três correntes que vitalizam hoje a revolução: a força atrativa, polarizadora e propulsiva do sistema socialista mundial, o movimento operário dos países capitalistas e os movimentos revolucionários e de libertação nacional. Nenhum outro órgão de imprensa atualmente existente cumpre este papel.¹²

10 MELO, T. Os vinte e cinco anos da *Revista Internacional*. *Problemas, publicação teórica e informativa*, [S.l.], n. 6, p. 5-7, jul./set. 1983.

11 MELO, 1983, p. 5.

12 Ibid.

Teodoro Melo – escrevendo em nome da direção nacional do Partido Comunista Brasileiro que, na época, procurava reafirmar diante da sociedade brasileira o caráter nacional e autônomo do partido – descrevia o caráter da revolução mundial reportando-se ao policentrismo revolucionário proclamado pelo dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti em 1956,

O reconhecimento do caráter inédito e autônomo de cada processo revolucionário nacional, a compreensão da pluralidade das vias de transição ao socialismo e a constatação da inexistência de um único centro de direção do movimento revolucionário mundial têm garantido e legitimado o papel pedagógico e científico da Revista Internacional.

Reeditando em mais uma passagem o artigo de Marighella, Melo destacava o papel formador e organizador da revista na socialização, no âmbito do movimento comunista, das diretrizes “oficiais” ou hegemônicas do movimento em contraposição aos desvios políticos e ideológicos que ameaçavam sua unidade,

[...] a sua programática, assentada na luta pela preservação da pureza do marxismo-leninismo, sua integralidade e desenvolvimento criador, contra o revisionismo, o dogmatismo e o mecanicismo, vincula-se organicamente ao plano das lutas históricas e concretas que se desenrolam na construção do socialismo, nas batalhas proletárias contra o capitalismo estabelecido e nos combates anti-imperialistas pela libertação nacional.

Espelhando mais uma vez a exposição de Carlos Marighella duas décadas antes, Melo reservava os parágrafos finais de seu artigo à narrativa sobre a publicação da revista no Brasil, desde seus primeiros números até o golpe de 1964, que interrompeu sua edição legal no país. O PCB, no entanto, segundo Melo, teria mantido seus vínculos com a revista, mesmo nos momentos mais desfavoráveis. Segundo o autor,

Em todo período da resistência democrática, porém, a Revista Internacional esteve ao nosso lado: continuamos participando do seu Conselho de Redação e dela sempre tivemos a mais militante das solidariedades ao nosso povo. Nas novas condições criadas no país com o declínio histórico do regime implantado em 1964, uma das nossas primeiras iniciativas foi implementar a divulgação dos textos da Revista Internacional. Assim é que, desde 1982, a coleção

Problemas, sob a chefia da Editora Novos Rumos, vem trimestralmente, publicando materiais originalmente difundidos pela Revista Internacional.

Sua conclamação final à leitura e divulgação da revista, repete o espírito manifestado vinte e dois anos antes pelo texto de Marighella,

Não consideramos que a divulgação da Revista Internacional seja, para nós, uma questão formal. Entendemo-la e assumimos como tarefa revolucionária: trincheira do marxismo-leninismo, permitenos contribuir ponderavelmente para elevação do nível teórico e ideológico dos comunistas brasileiros. Através da informação veraz, ela comprova os êxitos e a superioridade do sistema socialista. Através do debate cientificamente organizado e orientado, ela colabora para liquidar com deformações teóricas e contrafações ideológicas. Através da difusão de conhecimentos e documentos, ela auxilia no melhoramento do nosso perfil cultural.¹³

Nas extensas coincidências de conteúdo presentes nas caracterizações da *Revista Internacional* realizadas em diferentes décadas e períodos históricos e por personagens que desempenharam papéis tão diferentes na história do comunismo brasileiro evidencia-se o papel central da *Revista Internacional/Problemas da Paz e do Socialismo*, enquanto instrumento de reprodução de uma concepção de mundo e de diretrizes políticas aceitas consensualmente pelos partidos e organizações que reivindicavam o seu pertencimento ao movimento comunista internacional e que tinha no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) sua expressão mais influente.

A REVISTA INTERNACIONAL COMO CONTRAPONTO ÀS LEITURAS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ELABORADAS NO SEIO DO *STABLISHMENT* ACADÊMICO OCIDENTAL

O politólogo alemão C. D. Kernig, organizador de uma extensa obra de confrontação do marxismo com outras correntes do pensamento ocidental¹⁴ afirmava expressamente que as obras dos fundadores da tradição marxista “não contém nenhuma teoria própria das relações internacionais, mas

13 MELO, 1983, p. 13.

14 KERNIG, C. D. (Org.). *Marxismo y democracia: enciclopédia de conceptos básicos*. Madrid: Ediciones Rioduero, 1975. Grifo nosso.

somente uma teoria *derivada*". Tal afirmação encontrou uma exposição mais circunstanciada nas obras de V. Kubalkova e A. A. Cruishank, autores dos livros: *Marxism-Leninism and Theory of International Relations* e *Marxism and International Relations*, ambos dedicados à crítica dos fundamentos da política externa dos países do antigo bloco socialista.¹⁵ Reeditando a suposição acerca da inexistência de uma reflexão autônoma sobre os problemas internacionais na produção intelectual dos demiurgos da filosofia da práxis, afirmavam que: "A principal dificuldade que cerca o estudo das idéias de Marx sobre as relações internacionais parece se dever ao fato de que ele dedicou muito pouca atenção explícita ao tema". Para eles, portanto, uma concepção marxiana sobre as questões globais só poderia ser apreendida enquanto "derivação" de suas análises acerca de outros fenômenos

Poderíamos considerar acertadamente que as relações internacionais parecem ser o que poderia ser descrito como um conceito contextual; e mesmo sendo verdadeiro afirmar que *as idéias de Marx sobre o assunto nunca foram formuladas explicitamente ou reunidas em um único lugar*, muitos de seus discursos possuem uma incidência direta no tema e é apenas através do cotejamento das implicações dos mesmos que o pensamento do autor sobre o assunto poderá ser adequadamente apreciado.¹⁶

Este postulado é radicalizado em uma citação de Martin Wight, reproduzida na obra de Kubalková e Cruishank, intitulada de *Marxism and International Relations*,

Nem Marx, Lenin ou Stalin ofereceram qualquer contribuição sistemática à teoria internacional; o Imperialismo de Lenin é o que mais se aproxima de tal objetivo e mesmo assim tem pouco a dizer sobre a política internacional.¹⁷

Mesmo ao admitirem a existência de um verdadeiro interesse pelo estudo das relações internacionais por parte de Marx e Engels, Kubálkova e Cruishank trataram, no entanto, de relativizar a sua importância no universo global das preocupações dos iniciadores da tradição marxista,

15 KUBÁLKOVÁ, V.; CRUIHANK, A. *Marxism-Leninism and theory of international relations*. Londres: Routledge & Kegan, 1980; KUBÁLKOVÁ, V.; CRUIHANK, A. *Marxism and international relations*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

16 KUBÁLKOVÁ; CRUIHANK, op.cit., p. 13, grifo nosso.

17 WIGHT, 1966 apud KUBÁLKOVÁ; CRUIHANK, 1989.

Embora Marx e Engels tenham inscrito as relações internacionais no planejamento de suas investigações futuras, tal tema ocupava um lugar bem subalterno na lista, e, assim como no caso de vários outros assuntos, tal estudo não foi completado, aliás, mal foi iniciado.¹⁸

E tentavam explicar a razão de interesse tão diminuto em relação ao objeto,

Em uma situação na qual a dinâmica do capitalismo e a do sistema internacional não possuíam qualquer conexão, Marx e Engels leram equivocadamente o futuro desenrolar de ambos: e isto é particularmente verdadeiro no que se refere às relações internacionais.¹⁹

A análise de Kubálkova e Cruishank foi ainda mais longe ao tentar revelar o fundamento teórico da incapacidade do marxismo clássico em enfocar adequadamente as questões da realidade internacional. Para eles, tal limitação adviria do paradoxo entre o caráter universal e abstrato da conceituação marxiana acerca do modo de produção capitalista e sua consequente inabilidade na apreensão da especificidade do Estado e a necessidade de adaptar tal leitura à objetividade dos fenômenos e processos que possuíam como cenário histórico as sociedades nacionais,

Sua [de Marx] análise econômica no *Capital*, por exemplo, não se vincula a qualquer contexto nacional em particular: é a análise do modo de produção capitalista em sua forma pura e abstrata que entretêm predominantemente a sua atenção. Desta maneira, o marxismo se apresenta como uma doutrina universalista por definição, comprometido com a noção de sociedade mundial através de seu conceito de luta de classe internacional. E ainda assim suas categorias habitam uma sociedade doméstica, os desprezados estados nacionais.²⁰

Em ocasião anterior, procurei demonstrar como tais assertivas se baseavam em um desconhecimento completo de uma parcela numericamente muito expressiva, conquanto teoricamente pouco valorizada, dos escritos de Marx e Engels sobre os assuntos da contemporaneidade internacional

18 KUBÁLKOVÁ; CRUISHANK, 1980, p. 28.

19 Idem, *ibidem*. A observação de Kubálkova e Cruishank, além de mal informada, é altamente controversa na medida em que desvincula o funcionamento do sistema internacional do século XIX da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo.

20 Idem, p. 29. Chamo a atenção nesse passo, sem, no entanto, me prender ao tema nem ao precário conhecimento aqui demonstrado pelos autores a respeito das reflexões marxianas sobre o Estado.

no período em que viveram.²¹ Sem querer reproduzir tal argumentação, o que me afastaria muito dos objetivos perseguidos neste projeto, limito-me a dizer que tal entendimento se converteu em um lugar comum entre os estudiosos de relações internacionais das academias ocidentais.

Parto, porém, do entendimento de que esta “negação” da validade da tradição marxista como suporte teórico metodológico para o estudo da política mundial contemporânea e das Relações Internacionais possui outras motivações. Podemos localizar os pressupostos de tal negação na atitude geral que a sociologia e a politologia acadêmica ocidental vêm adotando em face do marxismo desde os fins do século XIX. Tal atitude foi sinteticamente avaliada e exemplificada por Marco Aurélio Nogueira em um ensaio dedicado ao estudo dos processos de especialização e fragmentação do conhecimento nas últimas décadas do século retrasado,

Na verdade, o processo de fragmentação das ciências sociais - que, como resposta burguesa às contradições do capitalismo, é estranho e oposto ao marxismo - afetou a todas reciprocamente. A pretensão de autonomia da sociologia ou da ‘ciência política’ teve seu contrapeso na especialização mesquinha da economia (que de *clássica*, tornou-se *vulgar*, como mostrou Marx) e, até mesmo, no empobrecimento da filosofia. Aquilo que o marxismo *sinetizou* a ponto de poder representar a *superação* das mais altas expressões teóricas da época ‘heróica’ da burguesia - a economia política, a filosofia clássica alemã e o socialismo utópico - começa a aparecer, com a decadência burguesa, sob forma espúria, indicando já sua pulverização extrema. O que Marx sintetizou, superando, o pensamento científico burguês do século XIX separou, especializando. A constituição de uma sociologia, de uma ‘ciência política’ e de uma antropologia autônomas entre si e em relação à economia, à filosofia e à história, teve como contrapartida a especialização dessas últimas, sua consolidação como ciências particulares.²²

Esta caracterização pode, de certa maneira, ser utilizada para a compreensão do desenvolvimento histórico do ramo da politologia, que no curso do século XX procurou se constituir na disciplina acadêmica das relações internacionais. Como assinala Ekkehart Krippendorff,

21 FERREIRA, M. *Mercados, diplomacia e conflitos*: uma abordagem histórica das relações internacionais, a partir dos artigos publicados por Karl Marx e Friedrich Engels no New York Daily Tribune no período 1851/1862. 1999. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

22 NOGUEIRA, M. A. Anotações preliminares para uma história crítica da sociologia. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 3, p. 22-23, 1978.

A Guerra Mundial retirou da burguesia européia suas ilusões com relação ao progresso. O conflito se distinguiu das guerras anteriores tanto em extensão quantitativa quanto em qualidade. Falando propriamente, foi decisiva na medida em que criou uma consciência acerca das crises mundiais, a qual daí em diante solicitou o auxílio da ciência [...]. Sem embargo, foi necessária a própria catástrofe da guerra para que fosse despertado um interesse urgente, em toda a sociedade, por respostas científicas à questão sobre como evitar a ocorrência de tais ‘acidentes’ no futuro. E. O. Czempiel (1965, pp. 270-290, especialmente, p. 275), justificadamente fixou o ‘nascimento’ da ciência das relações internacionais no dia 30 de maio de 1919. Neste dia, as delegações inglesa e norte-americana concordaram em fundar instituições científicas para a investigação das relações internacionais em seus respectivos países.²³

É, portanto, sob o peso da necessidade prática que se procura delimitar um campo de estudos voltado para o exame das causas das guerras entre os estados, logo, de uma “ciência” dos conflitos. Porém, o formato definitivo desta nova “ciência” social apenas seria configurado após a Segunda Guerra Mundial, quando politólogos ocidentais como Hans Morgenthau, Morton Kaplan, Stanley Hoffman, entre outros, completaram a conceptualização e a autonomização da disciplina no âmbito da Ciência Política anglo-americana. Reapropriando-se e reelaborando conceitos como “poder”, “equilíbrio”, “estado de natureza internacional” sem apresentar suas matrizes intelectuais, estes estudiosos pretendiam fazer das relações internacionais a chave para a compreensão da situação mundial em um planeta dominado pela confrontação Leste-Oeste.²⁴ Destarte, de “ciência dos conflitos internacionais”, que se propusera a ser após a Primeira Grande Guerra, o estudo das Relações Internacionais se transformaria, depois da Segunda Guerra Mundial, em “ciência da guerra fria”.

Na resenha histórica que Krippendorff elabora acerca das relações internacionais, a trajetória desta disciplina nas décadas que se seguiram à sua institucionalização acadêmica é a crônica de um grande fracasso teórico.

23 KRIPPENDORFF, E. *Las relaciones internacionales como ciencia (Introducción)*. Traducción de Angelika Scherp. México: D. F. Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 28.

24 Neste sentido, é bastante significativo que a obra, a qual praticamente desencadeia tal movimento de ideias, o livro *Politics among the nations*, de Hans Morgenthau, tenha vindo à luz no auge da guerra fria, em 1949.

A jovem disciplina foi atingida quase sem preparação alguma pela Segunda Guerra Mundial. Por isso a escola 'realista' de Morgenthau se deparou com horizontes desconhecidos. Provocou um desagrado profundo a relativa simplicidade de suas categorias e sua incapacidade conceptual para compreender o sistema internacional como tal, incluindo todas as suas interdependências.²⁵

Manipulando acriticamente os conceitos de nação e interesse nacional, excluindo ou menosprezando a importância do condicionamento econômico confundido com o "determinismo econômico" nas ações internacionais dos estados, abstraindo o problema dos interesses sociais divergentes e dos conflitos sociais, alienando as ideias e formas de pensamento de seus contextos histórico-culturais, as Relações Internacionais assumem o perfil de uma disciplina mistificadora e apologética.

Um conhecedor muito competente da matéria nos Estados Unidos, Kenneth Boulding, opina que a 'International Relations Theory' é não apenas inadequada, mas também corrompida; não é simplesmente uma nulidade, porém ainda menos do que isto. Integra um enorme aparato que somente serve para produzir interpretações equivocadas e para impedir o acoplamento regenerativo das falsas visões do mundo [...]. Com efeito, sob um ponto de vista mais geral, a falta de resultados políticos desta disciplina constitui um fracasso. Poderiam haver conseqüências fatais, tendo em vista o potencial conflitivo que claramente se acumula no sistema internacional. O surgimento e o rápido desenvolvimento da investigação para a paz manifestam este fracasso e não é casual que seja mais uma vez o Estado quem desde o final dos anos sessenta a promova e solicite junto a ela resultados tangíveis.²⁶

Destarte, possivelmente nenhum outro setor do *establishment* universitário do ocidente se revelou tão hostil às influências marxianas, marxistas ou marxistizantes quanto as escolas dedicadas à pesquisa das relações internacionais. As razões de tal fato já foram sugeridas anteriormente: a circunstância do campo de estudos internacionais haver se cristalizado no contexto da guerra fria, a ampla hegemonia teórica do funcionalismo e do estruturalismo anglo-saxões na construção das referências teóricas e metodológicas da disciplina e a sua subordinação à politologia ocidental. Há que se acrescentar também seu afastamento em relação à história

25 KRIPPENDORFF, op. cit., p. 36.

26 KRIPPENDORFF, 1993, p. 37.

– terreno no qual alguns aspectos da tradição marxista foram problematizadamente assimilados – e a recusa da interdisciplinaridade – pressuposto indispensável para a vigência de uma perspectiva dialético-totalizadora. Percebe-se, portanto, que na construção do campo das relações internacionais, a rejeição da história, o desprezo pelo marxismo e a recusa da interdisciplinaridade constituíram o mais importante substrato teórico desta disciplina.

Se tomarmos como válidas as observações histórico-críticas elaboradas acima, poderemos ser impulsionados ao esforço de valorização de leituras alternativas da contemporaneidade histórica mundial desenvolvidas para além dos marcos da disciplina acadêmica que reivindicou o monopólio da legitimidade acadêmica para fazê-lo. Isto nos levará, por um lado ao encontro das vertentes historiográficas que se debruçam sobre o passado recente procurando compreendê-lo como objeto de uma História do Tempo Presente. Mas podemos operar a valorização do interesse por leituras da contemporaneidade histórica mundial realizadas fora do âmbito das instituições acadêmicas ocidentais dedicadas ao estudo e à pesquisa das relações internacionais. Nesta perspectiva, a produção informativa, teórica e política dedicada à avaliação de certos aspectos da vida cultural e à interpretação dos fenômenos e processos da realidade internacional veiculadas pela revista dos partidos comunistas e operários do mundo adquire validade como objeto de investigação. O caráter alternativo das leituras ali veiculadas decorre:

- a) De sua natureza assumidamente engajada e partidarizada;
- b) Da reivindicação de uma ideologia revolucionária como suporte analítico-metodológico de suas interpretações, no caso, o marxismo-leninismo;
- c) Da especificidade da abordagem dos fenômenos mundiais enfocados à luz daquela ideologia, na qual os fenômenos da vida internacional eram considerados, metodologicamente falando, enquanto totalidade interativa, conflitiva e dialeticamente processual e tendo como arcabouço histórico mundial a existência do imperialismo e das lutas de classes;
- d) Do objetivo confesso de contribuir para a derrota das forças adversárias (imperialismo capitalista e reação político-cultural), fazendo avançar a luta pelo socialismo e pelo comunismo.

É a partir de tais definições que a investigação acerca do papel desempenhado pela *Revista Internacional* pode ser entendida como uma contribuição à compreensão do período em questão (1958-1990), no qual a divisão bipolar do mundo, a atuação do movimento comunista internacional e os conflitos daí decorrentes constituíram impulsos fundamentais para o desenrolar dos processos históricos mundiais.

Por fim, resta dizer que este artigo convida ao estudo das especificidades e da validade ou não das leituras da história mundial realizadas por um dos mais relevantes segmentos do pensamento político contemporâneo e que teve como uma de suas principais fontes de inspiração a obra dos fundadores da tradição marxista.